

**Poder Judiciário TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO****APELAÇÃO CÍVEL Nº 0151013-52.2015.4.02.5101/RJ****RELATOR:** DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA**APELANTE:****APELADO:** ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. VALOR MÁXIMO DA ANUIDADE. ART. 6º DA LEI N. 12.514/2011. CONSELHOS PROFISSIONAIS. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). INAPLICABILIDADE.

I. Cinge-se o objeto do mandado de segurança em aferir se a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) está sujeita à limitação quanto ao valor máximo da anuidade estabelecido para os conselhos profissionais no art. 6º, I e § 1º, da Lei n. 12.514/2011.

II. Conforme restou decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, a OAB é entidade ocupante de posição peculiar no ordenamento constitucional brasileiro, constituindo-se serviço público independente, categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito pátrio, não integrando a Administração Pública (STF, ADI 3.026, Pleno, Rel. Min. Eros Grau, j. 08/06/2006, DJ 29/09/2006). A delimitação constitucional das funções da Ordem dos Advogados revela um papel não apenas fiscalizatório da atividade profissional, mas de toda a ordem constitucional, pautado nos princípios democrático e republicano, a ponto de ter o constituinte de 1988 outorgado ao seu Conselho Federal a legitimidade ativa para a propositura, perante o Supremo Tribunal Federal, de ações diretas de inconstitucionalidade (art. 103, VII, CRFB), além de participação nos concursos públicos para ingresso nas carreiras da magistratura e do Ministério Público, dentre outras (arts. 93, I e 129, § 3º, CRFB).

III. O art. 6º, I e § 1º, da Lei n. 12.514/2011, na regulamentação das contribuições devidas aos “conselhos profissionais em geral”, estabelece, para os profissionais de nível superior, o valor máximo da anuidade de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a ser reajustado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

IV. O referido art. 6º da Lei n. 12.514/2011 foi editado e está vocacionado à regulamentação das autarquias profissionais, na condição de entes integrantes da Administração Pública Indireta, sendo inaplicável às contribuições cobradas

0151013-52.2015.4.02.5101**20000285280 .V3**

**Poder Judiciário TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

pela OAB, reguladas de forma específica pelos arts. 46 e 58, IX, da Lei n. 8.906/1994 (Estatuto da OAB), que prevalecem em função do princípio da especialidade.

V. Não se desconhece que entendimento jurisprudencial majoritário, inclusive desta 7ª Turma Especializada, no sentido de ser aplicável à OAB o mínimo de quatro vezes o valor da anuidade para a execução judicial das suas dívidas, incidindo a norma prevista no art. 8º da mesma Lei n. 12.514/2011. No entanto, as circunstâncias que envolvem a aplicação à OAB dos arts. 6º e 8º da referida Lei n. 12.514/2011 são dessemelhantes. Os motivos invocados para a exigência do valor mínimo correspondente a quatro anuidades para a execução judicial das dívidas da Ordem dos Advogados, previsto no art. 8º, consideram a compatibilidade da regra com a natureza da entidade, pois “[a] finalidade da norma em comento é evitar o ajuizamento de demandas para a cobrança de valores tidos como irrisórios pelo legislador, evitando-se, dessa forma, o colapso da ‘máquina judiciária’” (STJ, REsp n. 1.615.805-PE, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 15/09/2016), fundamento que permanece incólume na execução dos créditos da OAB ou das autarquias profissionais. Por outro lado, o art. 6º da Lei n. 12.514/2011 traz uma limitação ao âmbito de atuação discricionária da entidade na fixação do valor da contribuição anual, aos limites das escolhas convenientes e oportunas realizadas dentro da legalidade, atingindo diretamente a eleição dos meios e instrumentos para realização da sua atividade finalística. Os conteúdos das normas previstas nos arts. 6º e 8º para os conselhos profissionais, portanto, são substancialmente distintos, justificando conclusões igualmente diversas sobre sua aplicação, por analogia, à OAB, quando considerados os pontos de convergência e divergência entre essa entidade *sui generis* e as autarquias profissionais.

VI. Apelo conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 7a. Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu, por unanimidade, conhecer e negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2020.



conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.trf2.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **20000285280v3** e do código CRC **e7ad37ad**.

0151013-52.2015.4.02.5101

20000285280.V3

Poder Judiciário TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Data e Hora: 29/10/2020, às 17:8:21

0151013-52.2015.4.02.5101

20000285280.V3